

SOBRE O DISCURSO TRANSVERSO: UM MODO DE APROXIMAÇÃO

ABOUT TRANSVERSAL DISCOURSE: AN APPROACHING

João Carlos Cattelan ¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: Na Análise de Discurso de linha francesa (pecheutiana), sob a qual este ensaio se posiciona, o conceito de *Discurso Transverso*, como sequência perpendicular Sy que atravessa e determina a articulação da sequência Sx, é pouco discutido, se não ausente. Refletir sobre este conceito como ingrediente articulador local e global do discurso é o objetivo teórico que proponho para este trabalho. Paralelamente, com o objetivo de dar sustentação empírica às reflexões teóricas, analiso o discurso de Caroline de Toni, deputada do Partido Liberal (PL), para Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 2023 sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Pretendo demonstrar que o discurso da parlamentar, sob o peso dos discursos transversos que a determinam, não poderia ser outro, uma vez que, como suporte de uma filiação ideológica conservadora e de direita, está sempre-já colocada sob a injunção de sobre o que lançar luzes e o que manter em silêncio.

Palavras-chave: Discurso Transverso; Pré-Construído; MST; Terra; Lugar/Posição.

Abstract: This essay is based on French (Pecheutian) Discourse Analysis studies. However, the concept of Transversal Discourse, as a perpendicular sequence Sy that crosses and determines the articulation of sequence Sx, is rarely discussed, if at all. The theoretical objective proposed for this work is to reflect on this concept as a local and global articulating ingredient of discourse. Concurrently, with the objective of providing empirical substantiation for theoretical reflections, an analysis is conducted of the discourse of Caroline de Toni, a representative of the Liberal Party (PL), in the 2023 Parliamentary Inquiry Commission (CPI) on the Landless Rural Workers Movement (MST). The objective of this study is to demonstrate that, due to the influence of various discourses that shape her perspective, the parliamentarian's discourse is constrained in its ability to deviate from these established norms. As an advocate of a conservative right-wing ideological orientation, she is inherently subject to the imperative to disclose certain information while maintaining silence on others.

Keywords: Transversal Discourse; Pre-Constructed; MST; Land; Place/Position.

Submetido em 27 de maio de 2026.

Aprovado em 22 de julho de 2026.

¹ Prof. Dr. pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp - câmpus de Araraquara) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (câmpus de Cascavel). Email: jcc.cattelan@gmail.com.

Introdução

Para Woodman (2020, p. 197), “as palavras podem ser perigosas para a mulher porque tendem a enclausurá-la num reino pessoal e num domínio da formulação masculina de ideias” (os recortes analisados aqui reforçam a tese). Sem negar a premissa, pode-se sustentar que o fenômeno não acontece apenas com as mulheres, mas com todos que convivem em sociedade, enclausurando-os em ditames morais, religiosos, jurídicos, políticos, familiares, militares... É sob este *leitmotiv* que o corpus de análise foi constituído sob um recorte teórico preciso.

Para a Análise de Discurso (AD) de linha francesa (pecheutiana), a subjetivação ocorre pela clausura em preceitos ideológicos, já que, por meio da interpelação, o indivíduo é alçado à condição de sujeito, passando a partilhar do que se pensa e se diz e a fazer coro ao instituído anteriormente, às vezes, por meio de embates violentos. Neste sentido, para a disciplina, a primazia do discurso prévio sobre o atual é uma tese crucial.

Para a AD, a produção do discurso, sustentada no que a antecede, ocorre por meio da mobilização de pré-construídos e é a sua articulação que conduz à discursividade, resultando na linearização do “*intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso em relação a si mesmo” (Pêcheux, 1995, p. 166). Neste sentido, o discurso é, sobremaneira, o resultado de um conjunto de pré-construídos que, articulados entre si, permitem o engendramento do texto/discurso.

Interessa-me, dado o objetivo deste ensaio, o conceito de *discurso transverso*, porque ele é crucial nas formulações de Pêcheux e porque ele seria o motor primaz do engendramento da tessitura discursiva, sendo o princípio de controle sobre como os pré-construídos devem ser articulados entre si. À luz da discussão deste conceito, que pretendo compreender com base nas reflexões de Pêcheux, trago como caso de estudo o discurso da deputada federal Caroline de Toni para a CPI do MST que aconteceu 2023².

1. O *Discurso Transverso*: uma primeira aproximação

Busco refletir sobre o conceito de *discurso transverso* e mobilizá-lo sobre um discurso específico, dada a sua aplicabilidade e a sua relevância para a AD, porque o conceito é pouco tematizado em Pêcheux e aparece apenas em observações esparsas de

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OlPRGjDVSvs>. Acesso em: 10 ago. 2025.

teóricos da disciplina. Quanto ao objetivo teórico, pretendo alcançá-lo por meio dos conceitos de *pré-construído*, *articulação*, *implicação* e *discurso transverso*. Quanto ao objetivo analítico, valho-me do discurso da deputada Caroline de Toni, do Partido Liberal, feito para a CPI do MST, em 2023. Dedico-me nesta seção ao primeiro objetivo.

De acordo com Pêcheux (1995, p. 164), “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da ‘universalidade’ (o ‘mundo das coisas’)”, o que permite concluir que há o mundo das “coisas” e o discurso sobre elas, que determina como compreendê-las. No caso dado pelo autor (1995, p. 98), ‘aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu’, o discurso refere “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz”, substituível por Jesus Cristo, o Redentor, o Filho de Deus, o Salvador do mundo, o Messias, atribuindo-lhe uma existência e o seu sentido (o que cada uma das referências carrega como memória discursiva), sendo que a retomada ocorre sob a forma da universalidade, tanto que crentes ou ateus as utilizam para produzir discursos.

Pêcheux (1995, p. 98-99) alerta que este enunciado parece contraditório, pois, nele, “o discurso do ateísmo militante nega (...) a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente”, mas ele só seria contraditório, caso não se perceba que “há *separação*, *distância* ou *discrepância* (...) entre o *que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente*, e o *que está contido na afirmação global da frase*”. O enunciado no todo toma como contraponto um discurso prévio que alega a existência de Cristo, com o que se diz sobre Ele. E o discurso ateu não nega a existência de Cristo, mas o que o discurso crente alega a seu respeito.

No caso, há um discurso que nega um *pré-construído* de outro, conceito que, de acordo com Pêcheux (1995, p. 99), Paul Henry propôs “para designar o que remete a uma construção anterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”, “isto é, *como se este elemento já se encontrasse aí*”. Importa reter que um discurso se articula sobre outro, por meio da retomada de pré-construídos, seja para assumi-los ou para negá-los.

É sobre este pleito que Pêcheux concebe o engendramento da discursividade, dado que pré-construídos são mobilizados na tessitura discursiva que os mobiliza solitariamente (como acima) ou em conjunto, com vistas à construção de um posicionamento discursivo complexo. É por meio da *articulação* de pré-construídos que

o discurso produz o *efeito de sustentação* (Pêcheux, 1995, p. 110) que “realiza a *articulação* entre as proposições constituintes”. Para o autor (1995, p. 164), é a ‘articulação’ que “*constitui o sujeito e sua relação com o sentido*”, mostrada na forma como os pré-construídos são alinhavados, valendo-se de *implicação*.

Por *implicação*, Pêcheux (1995, p. 164) compreende a “possibilidade de substituição orientada -, tal que a relação de substituição A/B não seja a mesma que a relação de substituição B/A”. Como caso, o autor considera “passagem de corrente elétrica” e “deflexão do galvanômetro”, em face da relação de causa e consequência, mostrando que, aqui, ter-se-ia a flexão verbal “determina” (A/B) e, ali, “indica” (B/A), porque duas sequências não podem ser articuladas à revelia da relação que orienta o encadeamento entre elas³.

Pêcheux (1995, p. 165) concebe o *discurso transverso* como “uma sequência Sy (que) atravessa perpendicularmente a sequência Sx que contém os substituíveis” e que “efetua um encadeamento entre *a* e *b* em Sx”. Isto é: o *discurso transverso* determina a articulação entre as sequências que, “justapostas”, atendem à relação “lógica” que impõe que A e B só podem ser encadeados sob um modo “adequado” de implicação, determinando o intradiscurso.

Porém, a implicação imposta pelo discurso transverso atua também sobre a articulação de sequências maiores, orienta a tessitura discursiva e a conduz ao atendimento de uma meta. Um discurso complexo também é orientado por sequências perpendiculares que definem os encadeamentos entre os elementos constituintes no sentido do atendimento a um propósito que, em geral, implícita e transversalmente, comanda o que pode ser dito e por que.

Sejam os encadeamentos entre “Rosa é trabalhadeira” e “Rosa gasta muito produto de limpeza”. Dependendo da filiação ideológica, o encadeamento pode ocorrer com “mas” ou “embora”, criando um efeito de demérito, dado o gasto exagerado (Rosa é trabalhadeira, mas gasta muito produto de limpeza), ou elogioso, por trabalhar “a sério” (Rosa é trabalhadeira, embora gaste muito produto de limpeza). Ou o discurso é tangido por uma transversalidade que se pauta na economia ou que se ancora no empenho no trabalho, embora ambos sejam ditados pelo ideário burguês, pautado na economia e no

³ “A passagem de uma corrente elétrica *determina* a deflexão do galvanômetro/a deflexão do galvanômetro *indica* a passagem de uma corrente elétrica” (Pêcheux, 1995, p.165).

esforço. Neste caso, os discursos transversos (gastar supera trabalhar ou trabalhar supera gastar) afetam a articulação e determinam o modo adequado de efetuar as implicações entre elas, mostrando que o discurso transverso orienta discursos mais extensos.

Uma via para mostrar que o *discurso transverso* afeta a articulação conforme o primado ideológico que impõe a implicação são os conectivos. Seja o caso de “ele é policial, mas é gente boa”, cujo discurso transverso seria “policial não é gente boa”. Se fosse “ele é policial, portanto é gente boa”, seria “policial é gente boa”; se fosse “ele é policial, porque é gente boa”, seria “ser gente boa é causa para se tornar policial”; se fosse “ele é policial, pois é gente boa”, seria “ser gente boa é a justificativa para a hipótese alegada”; se fosse “ele é policial ou é gente boa”, haveria uma seleção excludente entre ser policial de um modo ou ser gente boa; desnecessário prosseguir. Defensável é que a seleção dos conectivos é tangida por projeções imaginárias que impõem uma implicação entre A e B sob a imposição de uma sequência perpendicular S_y que atravessa S_x .

Porém, para além da criação de zonas de articulação restritas, como em “passagem da corrente elétrica/deflexão do galvanômetro” ou dos conectivos para junção entre sequências textuais que se imbricam, o discurso transverso gerencia discursos de extensão às vezes com centenas de páginas. Sejam como casos, os recortes: 1) “Às vezes chego a imaginar que todo mundo seja assim, tanto que eu estava começando a desculpar-me, pois é extremamente difícil lutar contra esses pensamentos duplos” (Dostoiévski, 2015, p. 392); 2) “Já reparou numa borboleta à volta da luz? Bem, pois da mesma maneira se colocará ele a dar voltas e voltas em meu redor como em torno de uma vela... ele começará a viver numa inquietação, a ficar preso nas redes e a sofrer angústias mortais” (Dostoiévski, 2021, p. 343); 3) As histórias são bálsamos medicinais (...) nas histórias estão incrustadas instruções que nos orientam a respeito das complexidades da vida” (Estés, 2018, p. 28). Em 1, a incapacidade de lidar com a ambiguidade e a polissemia é a chave para o príncipe Míchkin ser tachado de “idiota”; em 2, a obsessão e a culpa pelo crime cometido fazem Raskólniokv se entregar à polícia; e, em 3, a seleção de histórias será o leitmotiv da autora para mostrar que a sociedade aliena a “mulher selvagem” e as histórias podem ser saídas. Qualquer outra obra poderia ser utilizada, mas também estas são elucidativas sobre como um discurso, por mais longo que seja, submete-se a um núcleo de sentido transversal que o atravessa ao longo de sua constituição.

Como Pêcheux (1999, p.52) define a *memória discursiva* como restabelecimento

dos “implícitos” de que a leitura de um texto necessita, pode-se assumir o primado do implícito e obliterar as formas de ocorrência (o discurso relatado, o discurso citado, o pré-construído, o interdiscurso, o silêncio, cada um com uma especificidade), como o “discurso transversal” neste caso, que possui uma espessura específica que o constitui como o motor determinante para as relações de *implicação* via *articulação*, sejam elas restritas ou mais abrangentes. É o que busco discutir ao longo deste ensaio.

2. O Discurso Transverso: um caso de extensão maior

Em 2023, durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), pessoas foram ouvidas sobre reforma agrária, dentre elas, o professor José Geraldo, da Universidade de Brasília. O Partido Liberal (PL) escalou a deputada federal Caroline de Toni, para diminuir os assentados, os líderes, o Movimento e o docente opositor, o que mostro com a análise, além de atender ao objetivo de postular que este discurso é atravessado por um (ou mais de um) discurso transversal. Passo, pois, à análise do discurso da deputada, assumindo a premissa de que ela se ancora num discurso transversal⁴ geral demeritório do MST.

R1⁵) Só que nós gostaríamos de fazer um apelo pro senhor⁶, pra que o senhor também, se puder, se for possível, acompanhe in loco, na prática⁷, e não só, saindo um pouco da academia, coisas que nós temos constatado acerca dos movimentos de reforma agrária, especialmente dos movimentos sociais que se dizem titulares (interrupção).

R2) Eu queria convidar o professor também pra que, se pudesse, acompanhasse um pouco da prática desses movimentos sociais que lutam pela terra e também as estatísticas⁸ que venham por meio da reforma agrária (...) que se implementou no Brasil ao longo de várias décadas.

Considero os recortes juntos, porque, após uma interrupção, novo tempo foi concedido e houve alterações na tentativa de paráfrase. No R1, José Geraldo é “Senhor”, o que atende a uma regra de polidez, dado o tratamento respeitoso; porém, apesar das

⁴ Valho-me do recurso de explicitar os discursos transversos que presidem os segmentos por meio de DT, em nota de rodapé, sem cair na pretensão de ser exaustivo e de ter dado conta de todos ou de ter encontrado a melhor tradução para eles; eles são sempre aproximações.

⁵ Contrariamente à prática de designar os fragmentos analisados como Sequências Discursivas, utilizo aqui a designação Recorte (R), entendendo por meio do termo a remissão a excertos discursivos que não têm autonomia e nem independência em relação a um todo maior de que fazem parte.

⁶ DT: “A cordialidade é favorável ao produtor do discurso”.

⁷ DT: “Ausência de conhecimento empírico conduz ao engano e à alienação”.

⁸ DT: “Dados estatísticos são confiáveis e verdadeiros”.

condicionais (“se”, “gostaríamos”, “puder” e “for”), o efeito sucumbe ante o pedido “acompanhe”, que postula a atitude desconsiderada de ir à “prática”. Pedindo que saia “um pouco da academia”, a deputada cria um efeito de alienação, contradizendo a imagem respeitosa de “senhor”, sob a alegação de que o docente teria um conhecimento só teórico. Sob a atribuição de alienação, há, portanto, uma imagem que diminui o docente e o que defende, ao passo que a deputada cria uma imagem positiva de si e dos que ela representa.

Três outros recursos devem ser considerados sobre o R1. Um se refere a “nós”, que cliva o grupo da deputada e o do docente e secciona os que teriam conhecimento e os supostos alienados. Outro é relativo a “coisas”, com um efeito de antecipação que depõe contra o MST, pois, nas visitas aos assentamentos, ter-se-iam constatado desmandos. O último diz respeito a “se dizem”, discurso relatado posto sob suspeição, pois a titularidade não seria dos líderes do Movimento, mas dos assentados, com efeito de usurpação. Com a introdução, a deputada gera uma cisão entre o “nós”, que prezaria pelo conhecimento, e o “vocês”, alienados a favor de um movimento que não mereceria consideração.

Na retomada parafrástica, a deputada produz uma demarcação de limites entre filiações discursivas. Se, antes, ela se imiscui num “nós”, que cliva grupos em embate polêmico, agora, a autorreferência ocorre em primeira pessoa “eu”, que a coloca como discurso de autoridade, já que, como advogada que é, teria o saber jurídico para sustentar suas acusações. Ela seria a voz da legalidade e o outro agiria ao arrepio da lei.

Se, antes, José Geraldo era “senhor”, agora, é “professor”, o que produz dois efeitos demeritórios. Dado o lugar⁹ de “professor” na “academia”, para a filiação ideológica em que ela está instalada, a deputada restaura os implícitos de que a universidade produz “doutrinação ideológica marxista” e que os saberes dela são alienantes. Se o outro é alertado sobre o seu lugar e sobre uma suposta situação de alienação, isso não deixa de ser uma reprimenda para que ele assuma o compromisso com a “verdade”.

Trata-se de que o docente “também” “acompanhe *in loco*, na prática” e “acompanhasse um pouco da prática”, para conhecer as “coisas que nós temos constatado”. Acusado de alienação, José Geraldo recebe um “apelo” e um convite

⁹ Para Pêcheux (1993, p. 82), a produção do discurso obedece a condições de produção em que A e B são lugares “determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever os traços objetivos característicos” ou, então, *lugar* se refere à “posição que é atribuída ao emissor, produtor do discurso, no interior de uma estrutura social suscetível de ser descrita cientificamente como devendo comportar os lugares A e B e o referente R” (2011, p. 216). Importam aqui o lugar/posição que Caroline de Toni (A) ocupa e a imagem que o discurso dela constrói em relação ao outro, José Geraldo (B).

(“convidar”) para que retorne à verdade e o efeito de alienação e falseamento não se apaga em face da polidez de “senhor”. A imagem negativa é ainda mais contundente, dadas as injunções hipotéticas (no R2, “pudesse” e “acompanhasse”), que colocam em dúvida se o pedido será atendido.

Cabe atentar, ainda, para o termo genérico “coisas”, acrescido de “estatísticas”, saber sobre o qual não pairaria dúvida, pois os achados seriam traduzidos em números¹⁰ que espelhariam a realidade, não podendo ser ideologizados ou submetidos a crivos de direita ou de esquerda. É neste sentido que a deputada argumenta:

R3) os números são bem diferentes desse plano ideal e dessa filosofia¹¹ que se propaga por meio dos movimentos, porque esses movimentos que dizem lutar pela terra¹², para dar terra para as pessoas que necessitam, pra fazer a distribuição da terra no Brasil.

As “estatísticas” mostrariam que “os números são bem diferentes” desse “plano ideal”, que seria falseador, e “dessa filosofia que se propaga” e os falseia. À frente, volto a essa “filosofia”, porque ela é o Outro/Sujeito com quem a parlamentar se confronta. Aqui, retorna a atribuição de discurso por meio de verbo *dicendi* (“dizem”) como marca de distanciamento que imputa ao outro um efeito de hipocrisia e falseamento, se não de interesse financeiro por parte dos líderes do Movimento.

No que se refere à clivagem em relação ao docente e ao MST, um último excerto pode ser considerado, porque traz um efeito de sentido ainda não contemplado.

R4) Sem falar que a invasão de terra¹³, seja pública ou privada, por um movimento privado, é esbulho possessório; o senhor sabe, como jurista¹⁴ também, que invasão de terra é crime. Se não gostam desse termo, mudem o código penal.

Como advogada que é, a deputada busca amparo “legal” para as acusações, sustenta que “invasão de terra (...), por um movimento privado, é esbulho possessório” e que a ocupação de terras pelo Movimento é “invasão”, apagando a súmula do STF que define que as ações do MST são “ocupação” e não “invasão”; mas, para a parlamentar, é crucial colocar as luzes¹⁵ sobre o “Código Civil” e não sobre a súmula, uma vez que isso faria

¹⁰ DT: “Uma realidade traduzida em números é uma verdade inquestionável”.

¹¹ DT: “Há uma filosofia escusa (ideal) que se esconde nos movimentos”.

¹² DT: “O MST e seus líderes não lutam pela terra, mas por interesses pessoais”

¹³ DT: “A lei e o saber jurídico devem orientar as práticas”.

¹⁴ DT: “A ação contra a propriedade privada é criminosa”.

¹⁵ Para Pêcheux (1995, p.175-176), “os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o ‘dito’

desandar a “argumentação”.

Designar José Geraldo como “jurista” (“também” como a deputada) busca colocá-lo em situação de desrespeito à lei (como se não o fizesse) e lhe imputar uma ação criminosa¹⁶, desmerecendo o seu discurso. Para arrematar, ela pretende que tudo se limite à antipatia por um “termo”, como se palavras não portassem uma carga simbólica e a designação não fizesse diferença numa filiação ideológica. O docente estaria, pois, apesar de “jurista”, transgredindo a lei; mais um demérito ao outro e elogio a si própria, pautada na legalidade e no respeito ao Código Civil. Ainda que a atribuição fosse de desconhecimento, há que se duvidar que ela tenha afirmado “o senhor sabe” (ou deveria saber) de modo convicto.

O discurso da deputada se sustenta em três pilares: a imagem¹⁷ positiva de si (dos seus), e negativa do outro (deles) e do “referente” - o objeto discursivo¹⁸ MST. Ela seria legalista, visaria ao interesse público e conheceria a prática; do lado deles, estariam o falseamento, a hipocrisia, a alienação, a ilegalidade e os interesses escusos. Com as imagens, ganha o grupo ideológico defensor da propriedade privada e perdem o MST, a universidade e a esquerda progressista. De modo geral, o discurso é atravessado por sequências transversais como “o MST é um equívoco/engano/hipocrisia/alienação” e “o grupo da parlamentar se pauta na legalidade, no conhecimento e na verdade”. É sob este prisma que ela traz as “coisas” e as “estatísticas” demeritórias do MST e defensores.

Cabe atentar que o discurso da deputada, ao construir o objeto discursivo MST, o fraciona em três frentes: uma imagem de inutilidade calcada em dados ($I_A(R_1)$), uma de desmandos por parte dos líderes ($I_A(R_2)$) e uma de menosprezo dos assentados ($I_A(R_3)$).

R5) na verdade, a gente percebe, ao longo dos anos, que eles não dão a titulação da terra¹⁹; menos de 10% de todos os assentamentos foram dados títulos de terra para as

e em consequência rejeitar o ‘não-dito’. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’) e o que é rejeitado”.

¹⁶ DT: “Discurso de criminosos não tem amparo/valor”.

¹⁷ Para Pêcheux (1993, p. 82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada uma a si e ao *outro*” e que “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)” (p. 85). Neste estudo, interessam a imagem que Caroline faz de si, do outro e do MST, sendo $I_A(A)$, $I_A(B)$ e $I_A(R)$.

¹⁸ De acordo com Pêcheux (2011, p. 222), os referentes são “os objetos do discurso (não os objetos materiais), *mas aquilo de que se trata no discurso*, isto é, o objeto construído no discurso”. De modo simples, pode-se entender como sendo aquilo de que se fala, aquilo que se aborda, aquilo que se diz que uma “coisa” é.

¹⁹ DT: “Reter a titularidade da terra é arbitrário e ilegal”.

peessoas. Ou seja, eles mantêm as pessoas cativas desses movimentos por décadas e não dão titulação de terra pra essas pessoas.

No R5, com “na verdade”, a deputada refuta que o MST distribui as terras, pois “eles” (os líderes) “não dão titulação da terra”, apagando que o Movimento prima pela obrigação de o assentado provar vínculo com a terra e com um modelo de agricultura e não venderá a posse. Para ela, a aquisição de terras com recursos públicos deveria se tornar, imediatamente, propriedade privada, já que o seu discurso preza pela posse individual e não aceita essa outra “filosofia” que orienta o MST. De todo modo, citar um número que minimiza a concessão de titularidade depõe contra o Movimento.

R6) Se o senhor pegar então os índices de produção, que são estatísticos, isso foi feito ao longo dos anos, você percebe que, segundo o censo agrário, agropecuário de 2017, menos de 1% só de toda a produção agropecuária brasileira vem de assentamentos, 1%²⁰.

Reiterando que os dados são “estatísticos”, a deputada afirma que, “de toda a produção agropecuária”, “menos de 1%” é oriunda “dos assentamentos”, o que enfatiza por meio do “só” e pela repetição do percentual 1%. Além disso, busca criar um argumento de autoridade com o discurso relatado (“segundo”) atribuído ao “censo agropecuário de 2017”, sem observar a defasagem temporal em relação à CPI. Ademais, pesa o silêncio sobre a proporção da produção em termos de quantidade de terra e de condições de fazê-lo e não é tematizado que produtos 1% representa, podendo ser mais do que os 99% restantes. Ressalto: não se trata de defender o MST ou de desconstruir o discurso da deputada²¹, mas de perceber como os números enviesam o olhar em face de uma ideologia liberal.

R7) E a renda média dessas famílias é menos de um salário mínimo por mês²²; ou seja, eles vivem realmente numa situação de miserabilidade.

Mantendo a premissa demeritória, a ênfase recai sobre a “renda média dessas famílias”, que seria “menos de um salário mínimo por mês” e colocaria os assentados (“eles”) “numa situação de miserabilidade”. Índice sem relativização, a minimização do

²⁰ DT: “Um percentual baixo de representatividade da produção depõe contra o produtor”.

²¹ De certo modo, analisar discurso, tendo-o como a materialidade ideológica, é sempre se postar num mirante de crítica e de indicação de lacunas e fissuras no imaginário

²² DT: “A baixa renda depõe contra a iniciativa/empresa que mantém o trabalhador”.

rendimento é um dado a mais para a implicação de que o MST é desnecessário e desumano. Ante o dado bruto, pode-se perguntar se o valor é irrisório, pois essas “famílias” têm moradia e muitos alimentos vêm de produção própria ou da cooperativa do assentamento. Como se percebe, a deputada mantém o foco na depreciação do MST e, portanto, na sua irrelevância.

R8) Além disso, outra estatística: 30%²³ de evasão nos assentamentos no Brasil.

Assim como o R7 é encabeçado pelo aditivo “e”, cujo efeito agrava o demérito do MST, com “Além disso”, o discurso agrava a depreciação, pois é um quarto dado contra o Movimento. Porém, também aqui a deputada ressalta um número não tematizando o seu contraponto. Há que se considerar que, contra “30% de evasão”, 70% permanecem nos assentamentos, mas focar nisso faria desandar o discurso calcado na depreciação.

R9) Não sei se o senhor sabe, mas o TCU gerou vários acórdãos de investigação e, de tantas irregularidades que foram acometidas nesses assentamentos, eles recolheram dessas associações, três bilhões de reais²⁴ foram devolvidos aos cofres públicos por conta de irregularidades no sistema das associações e cooperativas dos CNPJs vinculados aos assentamentos.

No quinto recorte sobre a irrelevância do MST, os três primeiros, acentuados pelo operador “menos”, e o quarto, que aborda 30% de abandono, a deputada refere “acórdãos de investigação” e “irregularidades” que fizeram o TCU (Tribunal de Contas da União) recolher “três bilhões de reais” das “associações e cooperativas dos CNPJs dos assentamentos”, dado grandiloquente, que deveria, ante a implicação do discurso transversal, mostrar que o MST, além de ser improdutivo, não dar a titularidade, não oportunizar renda razoável e provocar a evasão dos assentados, é lugar de corrupção, desmando e ilegalidade.

Quanto à I_A(R₁), o discurso da deputada se pauta em discursos transversos que orientam os sentidos gerados por implicação e sob a determinação de uma Formação Discursiva²⁵ alinhada à propriedade individual, à produção de riquezas e ao lucro e contra

²³ DT: “Alto índice de evasão depõe contra um movimento social”.

²⁴ DT: “A devolução de recursos destinados a um movimento mostra que ele apresenta irregularidades”.

²⁵ “Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1995, p.160).

movimentos sociais que, sob uma “filosofia” e um “plano ideal”, possam fazer estremecer as premissas que ela representa e lhe dão sustentação.

Se a imagem que a deputada constrói de si é positiva e demeritória em relação a José Geraldo, ela alcança efeitos pejorativos sobre a produtividade do MST, dadas as estatísticas, e se torna ofensiva em relação aos líderes ($I_A (R_2)$)²⁶, haja vista as designações usadas; como afirma Bourdieu (2011, p.145), “as transfigurações simbólicas são produto de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam”.

R10) O que a gente percebe é que não dão a liberdade pras pessoas, não dão emancipação, não dão título escravizam as pessoas e deixam na miséria.

R11) Além do mais se arrogam justiceiros sociais, movimentos privados, violentos, que querem fazer o papel do Estado, ao fazer listagem de pessoas de forma unilateral, ferindo o princípio da impessoalidade.

R12) E mais: o senhor falou agora que eles estão até investindo em bolsa: Wall Street não-sei-o-quê; dinheiro dos movimentos.

R13) Então, o que a gente percebe, realmente, é essa situação de clientelismo, de escravidão, de manipulação e não de emancipação e liberdade, como diz a nossa Constituição Federal, e não acesso à terra, porque não é dado título.

R14) Ao contrário do que dizem também que seria para destinar para a agricultura familiar, para a pequena propriedade, das visitas que a gente tem feito, a gente não vê ensino sobre agricultura familiar e cultivo da terra.

R15) Eu ouvi da boca de uma mulher lá no assentamento: se não vai na plenária três vezes, é expulso do assentamento.

R16) Se tenta melhorar um pouco o barraco, não pode, tem que parecer em situação de miséria, se não é expulso do assentamento.

R17) o que a gente viu numa dessas visitas foram centros de doutrinação ideológica marxista.

Mobilizo os recortes em conjunto, porque são praticamente autoexplicativos sobre o que o discurso constrói em relação aos líderes do MST, postos sob o diapasão da afronta desqualificadora. No R10, com “a gente”, que cliva os grupos em embate, o outro/Outro é acusado de aprisionar (“não dão liberdade”), manter cativo (“não dão emancipação”), apossar-se do que não é seu (“não dão título”), explorar as pessoas (“escravizam”) e as

²⁶ DT: “Os líderes do MST são criminosos”.

tornar miseráveis (“deixam na miséria”), efeitos construídos em gradação somatória por meio do aditivo “e”.

No R11, afirmando que se dizem “justiceiros sociais”, a deputada afirma que os líderes “querem fazer o papel do Estado”, pois ferem “o princípio da impessoalidade”, com “movimentos privados violentos”. Com “além do mais”, efeitos se somam aos anteriores, construindo uma imagem de pessoas arbitrárias, ditadoras, violentas e que agem ao arrepio da lei, desrespeitando o Estado. Chama a atenção o lapso de Caroline, ao afirmar que os “movimentos privados” são “violentos”, pois há grupos violentos mantidos por particulares que não pertencem ao MST; mas, para ela, isso não vem ao caso.

No R12, a parlamentar rememora que José Geraldo “falou que eles estão até investindo em bolsa” (o “até” produziria, sob outra filiação ideológica, um efeito de escala positiva), mas a atitude é minimizada com “não-sei-o-quê” e seria ilegal, dada a usurpação do “dinheiro dos movimentos”, não para a qualificação, mas para objetivos inaceitáveis. A deputada parece postular que as pessoas que lidam com a terra não precisam de formação e que educação e trabalho são polos opostos e excludentes.

No R13, com “então”, que produz um efeito de conclusão a partir das “constatações”, a deputada, com “a gente”, separa os seus dos defensores do MST e afirma que “realmente” (“na verdade”) o que existe “é essa situação de clientelismo” (apadrinhamento, troca de favores)²⁷, “de escravidão” (subjugação, opressão) e “de manipulação” (fraude, falsificação, artimanha) pelos líderes do MST, que não dão “emancipação”, “liberdade”, “acesso à terra” e concessão de “título”, com efeito de apropriação indébita e improbidade administrativa.

No R14, com “ao contrário”, indicador de contradição, e com “dizem”, que cria uma fissura entre o discurso e a prática, a deputada nega que o MST busque “ensino sobre agricultura familiar e cultivo da terra”, com a implicação de que os líderes falseiam a realidade dos assentamentos. Eles seriam falseadores, pois, nas visitas (não se sabe quais, onde ou quando ocorreram), “a gente” não verifica o que é dito.

No R15, pautada na suposta delegação de discurso (“ouvi da boca”), a deputada imputa aos líderes a pecha de autoritários, já que determinariam a vida dos assentados em

²⁷ Aqui, a substituição de um termo pelo outro leva em consideração o conceito de *efeito metafórico* de Pêcheux (1993, p.96), que o define como o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y”.

termos do que seriam obrigados a fazer, sem tematizar a exigência ou por que a obrigação de participar da “plenária três vezes” provoca a expulsão. O mundo do outro está colocado ao lado do equívoco e da falsidade. Resta, porém, a referência indefinida a “uma mulher”, que, como termo genérico, poder ser tudo e nada, já que não tem “referente” específico.

No R16, o discurso relatado produz um efeito de objetividade e fidelidade ao mundo real (em contraposição ao “mundo ideal”), já que aquela “mulher” afirmou que “o barraco não pode, tem que parecer em situação de miséria”, falseando a realidade (“parecer”), sob pena de expulsão. De novo, estão em pauta o suposto autoritarismo dos líderes e a atitude de escamotear os fatos para atender a interesses escusos e camuflados.

No R17, surge o Outro/Sujeito que assombra a parlamentar: a “ideologia” “marxista” e os líderes do MST seriam doutrinadores e responsáveis por inculcação de crenças. Mantendo a toada, a deputada qualifica os oponentes como alienados que alienariam os demais. Usar o marxismo para caracterizar o MST é assumir que ele busca a destruição do Estado, sendo autoritário, falseador e alienante, diferente dela, ao lado da “liberdade”, da “independência” e da “autonomia”. Sem que o discurso o explicita, é possível detectar a busca de proteção da propriedade privada em detrimento de desvalidos submetidos à exclusão dos bens que ele próprio produz. Outra vez, a deputada não especifica onde e quando ocorreu uma “dessas visitas”, sem contar que, sendo uma, ela é pluralizada em “centros de doutrinação ideológica marxista”, como se existisse pelo menos uma e, existindo, representasse o todo.

Eis as “coisas” que a deputada diz terem encontrado e que, aliadas à $I_A(R_3)$ (à frente), aprofundariam a irrelevância do MST, dada a insignificância produtiva, a renda baixa, a evasão e a corrupção dos líderes. Se, no primeiro caso, o discurso transversal que permite as implicações poderia ser “o MST é inútil”, no segundo, seria “os líderes do MST são criminosos”, atravessados pelo ataque frontal ao que não confirma a Formação Discursiva que defende a propriedade individual e é contra os movimentos sociais.

No que tange à $I_A(R_3)$ ²⁸, embora ocorra mais por inferências do que por termos próprios como para os líderes, o que já é um sintoma de menosprezo, os efeitos de sentido sobre os assentados derivam de uma relação de implicação condicional demeritória, pois, “se os líderes são opressores, os assentados são oprimidos”; “se os líderes manipulam,

²⁸ DT: “Os assentados do MST são alienados submetidos ao autoritarismo”.

são ingênuos”; “se não recebem a titularidade da terra, são cativos”, e assim sucessivamente. Não é preciso ir adiante, mas atentar que ela comanda os efeitos de sentido do discurso da deputada sobre os assentados do MST. O discurso transversal que determina a parlamentar se pauta na suposta passividade deles, que não teriam lampejos de negação e de resistência a desmandos e não se postariam contra comportamentos destoantes, já que, como afirma Pêcheux (1995, p. 304), “não há dominação sem resistência” e “ninguém pode pensar no lugar de quem quer que seja”. Essa imagem demeritória é atravessada pelo descrédito na capacidade cognitiva e na possibilidade de reflexão crítica dos assentados.

A imagem de Caroline sobre os assentados pode ser breve: seriam “pessoas cativas”, submetidas a “doutrinação ideológica”, vivendo em “situação de miserabilidade”, sem “vocação para lidar com a terra”, submetidas a “listagem de forma unilateral”, atacadas quanto ao “princípio da impessoalidade”, reféns de pagar “mensalidade pro assentamento”, obrigadas a “ir às plenárias”, invasoras “de terra”, cometedoras de “crime”, extorquidas pelas “associações”, sem merecer “efetivamente” acesso à terra, sendo submetidas a clientelismo, manipulação, cativo e exploração e sem alcançarem “emancipação e liberdade”. O discurso se faz, pois, sobre o menosprezo dos assentados, concebendo-os como sem discernimento e reféns resignados aos desígnios dos que os exploram, sem a suspeita de que possam se pautar num discurso que não coaduna com o seu, dado terem outra concepção do MST.

A parlamentar produz, pois, um discurso *sobre*, que não admite contradiscurso, já que o assentado seria refém de um movimento criminoso e violento. Concebidos como pessoas ingênuas que não compreendem o mundo em dissonância, seriam ingênuas ao cair no engodo de pessoas interesseiras e cujo discurso deve ser apagado em favor do portador do saber verdadeiro. A percepção da deputada sobre o MST se pauta, pois, num maniqueísmo que a coloca ao lado do bem e ao outro ao lado do mal.

O silêncio sobre o discurso do assentado se funda sobre a descrença na sua capacidade cognitiva, na arrogância sobre o acerto de uma compreensão e no fechamento dogmático sobre a correção de uma leitura. O apagamento do discurso do outro é o apagamento, a obliteração e a eliminação daquele que possa ameaçar um discurso que seria portador da verdade. Apagar o discurso do outro é uma maneira de eliminá-lo, por representá-lo como não tendo o que dizer. Caberia, pois, à deputada mostrar o mundo real

e denunciar a exploração de cativos ingênuos, agravada por não saberem lidar com a terra, não receberem ensino sobre agricultura familiar e serem doutrinados ideologicamente.

Passando pela tentativa de desconstrução do MST, dos seus líderes e dos assentados, o discurso da deputada, como fechamento, reforça a descrença e o posicionamento demeritório em relação ao Movimento, afirmando:

Recorte 18) Então, o que gente está querendo dizer é que esse modelo não funciona, não funcionou.

Com “então”, introdutor de conclusão que se pretende óbvia, o discurso explicita o que é o discurso transversal global que impõe cada segmento discursivo. Se “este modelo não funciona, não funcionou”, “ele é desnecessário”, “é improdutivo”, “é um movimento criminoso”, “quem o defende é alienado ou cúmplice”, “os assentados são alienados e/ou ingênuos”, todos discursos transversos locais que amarram partes do discurso e que se (e a) submetem a uma premissa ideológica que prima pela necessidade de eliminação do MST, não pelas “coisas” e “estatísticas” apresentadas, mas pela ameaça que o Movimento representa para um modelo econômico que se pauta na defesa da propriedade individual.

E, por fim, para arrematar o discurso, a deputada explicita, materialmente, a que filiação ideológica ela pertence e a que título ela se deveria:

R19) O Sales colocou aqui a questão do programa que o Bolsonaro criou que dá um acesso para as pessoas e uma independência e uma autonomia. É isso que a gente quer: transparência, legalidade, impessoalidade, gestão pública eficiente. Por isso que a gente está nesta CPI pra desmascarar os crimes e pra chegar não só à verdade dos fatos, mas também, aqui, realmente, se é para dar terra pras pessoas, que elas mereçam efetivamente.

(Ricardo) Sales, ex-ministro do Meio Ambiente e presidente da CPI, político não bem avaliado dada a sua fraca atuação contra o garimpo, o desmatamento ilegal e o contrabando de madeira, conhecido pela proposta de “passar a boiada” em termos de alterar leis de proteção ambiental; e Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente que governou o país de 2019 a 2023 e não foi uma referência no tratamento da Covid, nas pautas ambientais, nos direitos humanos e na exigência de transparência do uso dos recursos públicos pelo congresso e pela sua família, são considerados pela deputada como quem criou um “programa (...) que dá acesso (à terra) para as pessoas e uma independência e uma autonomia”. O embate parte da contraposição entre um modelo que supostamente

não funcionou e outro que garantiria autonomia e liberdade, com a “obviedade” de que o dos seus funcionaria, pois daria a liberdade, entendida como concessão de titularidade, e garantiria autonomia para gerir uma propriedade, que, no limite, poderia não ter condições de se manter, ser vendida ou abandonada; mas importa o primado da posse individual que estaria preservado e traria “transparência, legalidade, impessoalidade, gestão pública eficiente”, contrariamente ao MST. Este contraponto não deixa de ser um reforço que retroalimenta a $I_A(A)$, no sentido positivo, e da $I_A(B)$, no sentido negativo.

Para arrematar, a deputada insiste que “a gente” (ela e os seus) está na Comissão “pra desmascarar os crimes”, supostamente cometidos pelos líderes e comandados, e “pra chegar (...) à verdade dos fatos”, cujo pêndulo busca contrapor “na verdade” e “realmente” a “uma filosofia” e a um “plano ideal”, dado o ancoradouro nas “estatísticas” e “coisas” constatadas. Não se trata da defesa de uma ideologia contra uma filosofia, mas da verdade contra o erro e a mentira; se há falseamento, ele perturba a visão do outro, já que “a gente está do lado da verdade e defende que, se é para dar terra pras pessoas que elas mereçam efetivamente”; falta especificar o que significaria “merecer”; quem sabe, a terra devesse ser dada a quem já tem, pois, em teoria, demonstrou que sabe usá-la, com a defesa do latifúndio, talvez.

Considerações Finais

O postulado de Orlandi (1993, p.29) de que “o ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Este gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido” oferece uma descrição precisa do discurso em pauta, que se ancora sobre a pretensão de verdade e a tentativa de eliminação do outro, apagando o que possa ter de ameaçador e corrosivo. Porém, cabe, em relação ao discurso da deputada (e ao que ele representa) considerar Foucault (1996, p.8), para quem a análise de discurso objetiva “a inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal de imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades”. E sobre o que esta inquietação deve ocorrer? Sobre a existência material do discurso, pois, “uma vez que uma coisa foi dita, ela foi dita”, “você fica amarrado a ela pelo fato de ter dito. Não pode mais libertar-se dela (...) está lá materialmente” (Foucault, 2013, p. 136). Pois que o discurso seja desarmado e ranjam os

sentidos produzidos e que isto não tenha que, necessariamente, ser considerado como algo de esquerda ou de direita.

Quanto ao objetivo teórico, sobre a questão do discurso transversal que, como sequência perpendicular Sy, atravessa e orienta/determina a articulação entre os fragmentos do discurso Sx por meio de relações de implicação que estabelecem como o encadeamento deve ser feito, o discurso da deputada do PL, Caroline de Toni, sugere a mobilização de premissas de uma Formação Discursiva que professa que “o MST é desnecessário, improdutivo e um movimento criminoso”, “quem defende o MST é alienado/cúmplice”, “os assentados são alienados/ingênuos/doutrinados” e a direita (capitalista, liberal, burguesa e latifundiária) sabe a “verdade”.

Compreendo, portanto, que os discursos transversais são constituídos por premissas que, articulando pré-construídos entre si, cristalizam como o mundo das “coisas” é significado. Entendo, desse modo, que, mais do que fornecer as “coisas” do mundo e sua legibilidade, eles comparecem como premissas locais e globais que presidem a textualização/encadeamento do intradiscorso e articulam os pré-construídos sob a determinação de uma formação discursivo-ideológica, encadeando-os em obediência a um pleito geral, neste caso, ideológico, de que o MST pode ser eliminado, bem como a proposta de reforma agrária que defende, em benefício da defesa de que a posse individual se sobreponha ao interesse comum e cooperativo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *O idiota*. Tradução e notas: José Geraldo Vieira. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. Tradução de Erika Patrícia Moreira e João Pedro Nodari; revisão Ana Carlina Moraes. Brasil: Pé da Letra, 2021.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e lendas do arquétipo da Mulher Selvagem*. Trad. De Waldéa Barcellos. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, F. e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani (et al.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et.al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (et. al). *Papel da memória*. Tradução e Introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos Conceitos da Linguística para a Melhoria das Técnicas de Análise de Conteúdo. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Texto selecionados*: Eni Puccinelli Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

WOODMAN, Marion. *A coruja era filha do padeiro: um estudo revelador sobre anorexia nervosa, obesidade e o feminino reprimido*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. 5.ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2020.